



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 213, DE 2025
(Da Sra. Adriana Ventura)

Susta dispositivos do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que tratam da vedação à oferta de cursos de graduação a distância.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
EDUCAÇÃO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025
(Da Sra. Adriana ventura e outros)

Susta dispositivos do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que tratam da vedação à oferta de cursos de graduação a distância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os seguintes dispositivos do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025:

I – o art. 8º;

II – os incisos II e III do art. 9º;

III – o art. 12;

IV – o art. 40; e

V - o art. 41.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, ao exigir que alunos de cursos superiores com a possibilidade de oferta na modalidade EAD frequentem presencialmente os polos de EAD, apresenta, em essência, um infundado preconceito com a modalidade à distância, considerando-a desvantajosa em relação à experiência acadêmica de um aluno matriculado na modalidade presencial. O Ministério da Educação não apresenta qualquer evidência de prevalência de aprendizagem por maior presencialidade dos alunos. Além disso, ao vedar expressamente a oferta de cursos de graduação a distância nas áreas de Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Psicologia e licenciaturas, nos artigos 8º e 9º, extrapola os limites do poder regulamentar conferido ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Também é extremamente prejudicial aos programas de pós-



graduação *lato sensu* ministrados à distância, pois, através do descabido art. 29, §4º, que cria uma regulação inédita, poderá proibir a oferta desses programas nas áreas vedadas pelos arts. 8º e 9º, bem como exigirá a presencialidade dos alunos à luz do que assevera o art. 12. Trata-se de uma regulação que interfere diretamente na liberdade educacional, restringindo o funcionamento de instituições e limitando o acesso de milhões de brasileiros à educação superior, sem respaldo legal específico (frise-se: não há qualquer evidência por parte do Ministério da Educação quanto à prevalência de aprendizagem por maior presencialidade dos alunos) e em afronta a princípios constitucionais.

Entre esses princípios, destaca-se o princípio da subsidiariedade, que, embora não exposto, é amplamente reconhecido pela doutrina como implicitamente consagrado na Constituição de 1988, por sua estreita vinculação com os fundamentos da dignidade da pessoa humana e da limitação do poder estatal. Como demonstra a literatura especializada, o princípio da subsidiariedade parte da premissa de que a ação estatal deve ser suplementar e subsidiária, atuando apenas quando a sociedade civil, os indivíduos ou instituições não puderem exercer, com eficácia, suas funções próprias.

Ao impedir que instituições de ensino ofereçam cursos a distância, o Decreto deixa de atuar de forma subsidiária e passa a exercer poder centralizador e proibitivo, eliminando possibilidades legítimas de inovação e adaptação educacional. Tampouco se pode aceitar que um ato infralegal, como um decreto, tenha o poder de criar restrições generalizadas à liberdade de ensino e à atividade privada, contrariando a ordem constitucional e ferindo a autonomia universitária garantida pelo art. 207 da Constituição.

Além disso, não há evidência concreta de que o formato a distância, por si só, seja incompatível com a qualidade acadêmica, especialmente diante dos avanços tecnológicos e da consolidação de boas práticas pedagógicas em ambientes virtuais. Pelo contrário, a literatura e a experiência internacional demonstram que a diversidade de formatos favorece a inclusão, a eficiência e o aprimoramento contínuo da educação superior.

O decreto, ao impor uma vedação ampla e abstrata, vai de encontro ao entendimento de que o Estado não deve substituir o papel das instituições e dos cidadãos, salvo quando absolutamente necessário e justificado – o que não se verifica no caso presente. Desconsidera, ademais, a diversidade regional e institucional, além de penalizar diretamente os estudantes mais vulneráveis, para os quais a educação a distância representa muitas vezes a única via de acesso ao ensino superior.

Portanto, os dispositivos citados do Decreto nº 12.456/2025 merecem ser sustados, por configurarem excesso de poder regulamentar, ausência de autorização legal específica e violação ao princípio constitucional da subsidiariedade. Trata-se de medida necessária para preservar o equilíbrio entre os poderes da República e proteger a liberdade educacional, a inovação institucional e o acesso democrático ao ensino superior.

Nesses termos, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.



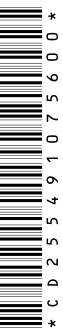
Adriana Ventura
(NOVO-SP)

Apresentação: 21/05/2025 09:52:30.530 - Mesa

PDL n.213/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255491075600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE
2025**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12456-19-maio-2025797463-norma-pe.html>

FIM DO DOCUMENTO